

4 NOV 1986

# Planalto prevê dificuldades no funcionamento da Constituinte

**RUBEM DE AZEVEDO LIMA**  
Repórter da Sucursal de Brasília

Ao contrário do que imaginam os dirigentes do PMDB e do PFL, o governo do presidente José Sarney está convencido de que o Congresso constituinte enfrentará sérias dificuldades para funcionar, desde o dia de sua instalação, em 1º de fevereiro do próximo ano.

Por esse motivo, muitos auxiliares do presidente esperam que a presidência inicial do Congresso constituinte, a ser exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, dure mais do que o previsto.

Pela emenda constitucional que convocou o Congresso constituinte, só a sessão de abertura dos trabalhos seria dirigida pelo ministro Moreira Alves. Hoje, no entanto, o Palácio do Planalto acredita que a eleição do presidente efetivo do Congresso constituinte demandará um prazo relativamente longo.

O candidato natural do PMDB à presidência do Congresso constituinte é o atual dirigente do partido e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Embora se preveja que a bancada peemedebista seja a mais numerosa de todas —entre 240 e 250 deputados e 35 a quarenta senadores—, tal representação deverá estar dividida, em função dos vínculos com os futuros governadores e dos interesses políticos de cada congressista.

Apesar do fato de que o PMDB e o PFL juntos devem totalizar mais de dois terços do Congresso constituinte, esta maioria estará tão descaracteri-

zada, no início dos trabalhos da elaboração constitucional, que será difícil fazê-la chegar a acordo sobre questões essenciais.

Nas previsões do Palácio do Planalto, em consequência dessa descaracterização inicial, é bastante provável que o presidente do STF seja obrigado a participar da elaboração das normas reguladoras do Congresso constituinte e esta tarefa não deverá esgotar-se num dia ou mesmo em poucos dias.

A necessidade de se aplanarem os caminhos, para que o Congresso constituinte funcione com regularidade e sem criar problemas políticos ou administrativos, está sendo considerado tarefa prioritária, a ser realizada logo após as eleições do dia 15.

Por sinal, além desse tipo de preocupação, o governo segue também com interesse os incidentes da campanha eleitoral em vários Estados, mas especialmente em São Paulo, onde —no entender de auxiliares de Sarney— “a disputa se desenvolve em nível de pouco respeito recíproco entre os candidatos e de total desrespeito em relação ao eleitorado.”

O governo está decidido, no entanto, a não intervir para melhorar o nível da campanha e não pretende tampouco adotar qualquer providência com vistas ao aumento da oferta de carne aos consumidores em todo o país. Sob esse aspecto, o governo tem, hoje, prova de que a sabotagem ao Plano Cruzado é inegável, mas vai agir depois das eleições, a fim de não ser acusado de demagogia.